

# humanitas

**Vol. XXIX-XXX**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXIX-XXX



COIMBRA  
MCMLXXVII-MCMLXXVIII

cimiento, desde los tiempos de Valla a la edad de Erasmo», tendo como «núcleo del trabajo» ... «esbozar la trayectoria intelectual y algunos aspectos de la influencia de Nebrija, precisamente en la perspectiva de tales andanadas contra los *Dotrinales*, los Pedros Elías y otros nombres aún más duros».

Mas o Autor fez mais do que isso: conseguiu desenhar, embora a traços largos, o quadro histórico — ainda mal estudado entre nós — em que se processou a verdadeira gestação do Humanismo, a saber, a restauração das línguas clássicas (a começar pelo latim) e de todos os seus recursos filológicos. É a língua que está, afinal, na base de todo o movimento humanístico, porquanto se sabe que foi precisamente a sua degradação e o desvio do saber filológico de uma perspectiva histórica e realista (ao pôr de lado o padrão e o testemunho dos Clássicos) que levou a uma gramática de cariz especulativo construtora de análises filológicas verdadeiramente disparatadas, com reflexo nefasto no conteúdo da cultura teológica, filosófica, jurídica, literária e das ciências em geral. Por isso escreve Francisco Rico que o tema das *Elementariae* de Lourenço Valla (e de todos os humanistas que se lhe seguiram, diremos nós) era: «sanar el latín para sanar los saberes, hacer de la *eloquentia* (gramática, retórica, filología) núcleo de toda la cultura».

Ficámos, também, a saber, muito a propósito, que o Autor tenciona elaborar, com base neste trabalho ou em relação com ele, um estudo de maior fôlego sobre *La invención del Renacimiento en España*.

Aguardamo-lo com ansiedade.

SEBASTIÃO T. DE PINHO

'SENECA' — *Ottavia*, con note di Guglielmo Ballaira; Corsi Universitari, Torino, Giappicchelli, s.d. (1974), pp. XV + 187.

*Habent sua fata libelli*: depois de relegadas pelo juízo categórico do séc. XIX, a que o trabalho profundo de Friedrich Leo deu toda a autoridade do seu saber, para o grupo das produções literárias de segunda categoria dotadas, quando muito, de interesse meramente histórico, eis que a segunda metade do nosso século concede às tragédias do *corpus* senequiano uma popularidade em cuja base se situa o crescente interesse que os conturbados tempos neronianos vêm despertando entre os especialistas. De tal popularidade não podia a pretexto *Octavia* deixar de colher, por sua parte, os benefícios: disso é prova esta nova edição, publicada por G. Ballaira com o comentário mais amplo que ainda lhe foi dedicado.

As características específicas da obra — a sua índole escolar — explicam muito do seu mérito, tanto como das suas insuficiências. Não se trata de uma edição crítica, muito embora o seu A. tenha julgado útil fazer preceder o seu texto de uma concisa exposição sobre a tradição manuscrita da *Octavia* (pp. IV-VI), a que se segue um elenco bibliográfico bastante completo (pp. VII-XV). É sim uma edição que toma por base o texto, publicado em 1966, por Gian Carlo Gardina, a que Ballaira substitui, aqui e além, uma ou outra variante atestada nos códices,

e ocasionalmente alguma conjectura pessoal. Sobre esse texto incide um comentário, amplo, como dissemos, compósito — pois tanto abarca problemas de fixação do texto, como questões de ordem ideológica ou histórica —, de utilidade evidente, que permitirá à edição de Ballaira substituir com vantagem as de Sluiter (1949) ou Santoro (21955), para citarmos apenas as mais correntes.

É impossível estudar a pretexto sem, explícita ou implicitamente, tomar posição quanto ao debatido problema da autoria ou, pelo menos, da datação deste curioso texto: de Séneca ou de um seu imitador? da época neroniana ou de qualquer época posterior? G. Ballaira não assume decisivamente posição sobre o problema: «non tocco di proposito il problema dell'attribuzione» (p. III), embora ocasionalmente, ao longo do comentário, se pronuncie sobre alguns dos pontos habitualmente usados pelos críticos na discussão da autoria. É o que sucede, por exemplo, com o passo famoso das «profecias» de Agripina, sobre o qual Ballaira diz, com razão, que «la questione così dibattuta dell'autenticità non sarebbe neppure sorta se dalla lettura dei vv. 618-631 si potessero riconoscere con sicurezza dei precisi riferimenti ad eventi del 68 d.C.» (p. 115), acrescentando logo a seguir que em geral «si ammette apertamente che non è possibile riconoscere con certezza la presenza di anacronismi nella tragedia» (ibid.). Dado este facto compreende-se que G. Ballaira note ainda (ibid.) que «negli ultimi anni si fa sempre maggiore strada l'esigenza di provare questa tesi (= da autenticidade, ou não, senequiana) con argomentazione sullo stile». Na realidade a tendência já vem de longe, e dela podem encontrar-se reflexos (quer os seus autores sejam pró ou contra a autenticidade) nos trabalhos já distantes de Ladek (1891), Nordmeyer (1892), Santoro (1912), e, sobretudo, no célebre estudo de R. Helm (1934). Já em outra ocasião tivemos de pronunciar-nos quanto ao valor a dar a certas elucubrações estatísticas elaboradas sobre pormenores linguísticos patentes na *Octauia* (v. a nossa tese *A tragédia Octauia*, Lisboa, 1972, vol. I, pp. 89 ss.), mas, porquanto G. Ballaira, que cita complacentemente Helm, u.g. pp. 6, 31, 115, etc., parece encarar com certa esperança a possibilidade de os métodos estatístico-estilísticos resolverem de uma vez por todas a questão da autoria, talvez não seja inoportuno acrescentar mais uma palavra sobre o assunto.

Perante um texto de autoria discutida várias situações se podem apresentar, pelo que convém antes de mais fixar qual a situação da *Octauia* e qual a tarefa que ao crítico se impõe. Ora a *Octauia* não é um texto transmitido pela tradição sem indicação de autor, como são por exemplo as églogas de Einsiedeln, que, todavia, tudo convida a considerar produtos da era neroniana. A pretexto, pelo contrário, vem inserida num *corpus* cuja autoria é, sem hesitação, atribuída desde sempre ao filósofo Séneca, pelo que é, em primeiro lugar, aos detractores da autoria senequiana que deveria caber todo o peso da demonstração. Os argumentos de natureza histórica são, como diz Ballaira, inconclusivos. Que se passa com os argumentos estilísticos? Em boa lógica parece que o procedimento a adoptar só poderia ser um: demonstrar insofismavelmente que existem na *Octauia* processos estilísticos ou usos linguísticos *incompatíveis* com a personalidade de Séneca. Ora tal não se verifica: não há na tragédia um só vocábulo característico, uma só figura de estilo impossíveis de terem saído da pena do filósofo. Tal como os argumentos de ordem histórica, também os argumentos linguísticos são inconclusivos. Não pretendemos com isto afirmar a inutilidade dos estudos estilísticos, e ainda menos a vacuidade da aplicação aos textos literários dos métodos estatísticos, como alguns, apressada-

mente, talvez fossem levados a concluir. Queremos tão somente dizer que as considerações numéricas são apenas um *indicador* de certas virtualidades patentes nos textos, mas nunca uma pedra filosofal capaz de resolver de uma vez por todas certas questões espinhosas, como esta da autoria da *Octávia*. Repetimos: sem negar a existência de uma ou outra peculiaridade na pretexto, cremos que tal não implica uma dualidade de autores entre ela e o resto do *corpus*. Se levássemos o processo às últimas consequências seríamos forçados a atribuir um autor diferente a cada uma das tragédias: cf. os quadros numéricos que compilámos, em *A tragédia Octávia*, vol. II, pp. 395 ss. E para quem duvide remetemos, como já então fizemos, para os trabalhos de estatística linguística executados por C. Muller sobre o teatro de Corneille, a quem, segundo a lógica de R. Helm, teríamos de negar a paternidade de uma ou outra das peças que escreveu.

Deixemos, porém, o problema da autoria, problema sobre o qual, fácil é deduzi-lo, muito dificilmente se chegará um dia a um consenso entre os especialistas, e passemos a considerar o nível da contribuição pessoal de G. Ballaira para a exegese da *Octávia*. Como oficial do mesmo ofício, estamos em crer que nos será perdoado remetermos, quanto ao pormenor da argumentação, para a nossa tese já citada (o que faremos, por comodidade, com a notação *Oct.* I ou II, conforme se trate do primeiro ou do segundo volume).

De um modo geral, a utilidade do comentário elaborado por G. Ballaira é indiscutível: o leitor da pretexto dispõe, num cómodo volume, de todas as indicações necessárias à formulação de um juízo pessoal sobre a interpretação cénica da peça, sobre as principais dificuldades da fixação do texto, sobre os mais candentes problemas exegéticos que ela suscita, não só pela compilação de opiniões já antes emitidas por diversos filólogos, como ainda por frequentes e sagazes contribuições pessoais do A. Nem sempre, todavia, estaremos de acordo com Ballaira, quer quanto à forma quer quanto ao fundo do seu comentário, e das nossas discordâncias daremos conta em seguida. Sobre um ou outro ponto, a argumentação exposta pelo A. fez-nos, se não mudar totalmente de opinião, pelo menos reconsiderar mais detidamente o problema.

Pelo que toca à forma limitar-nos-emos a citar um caso, aliás típico. Em nota ao v. 310 (início da narração pelo coro do «naufrágio» de Agripina), Ballaira compõe uma longa perífrase do texto que Tácito (*Ann.*, XIV, 3 ss.) dedica ao acontecimento. Estamos, sem dúvida, de acordo com o A. quando ele diz que, ao ler o passo da *Octávia*, «giova tener presente il racconto di Tacito» (p. 58), mas já achamos excessivo o espaço por ele dedicado a esse *racconto*, até porque qualquer leitor da pretexto facilmente disporá de uma edição dos *Annales* onde procurar o passo importante. O procedimento não é único, cf. u.g. a nota a 295 ss., facilmente substituível pela simples remissão ao texto, desta vez, de Tito Lívio.

Mais importantes são certas questões de fundo, que mencionaremos pela respectiva ordem de ocorrência no texto.

Em 105 ss. Octávia descreve-se a si própria como alguém *trepidante semper corde non mortis metu, sed sceleris*; e logo acrescenta: *absit crimen a fatiis meis, mori iuuabit*. Ballaira, na esteira de Ladek (que, aliás, não cita, cf. *Oct.* II, p. 140), interpreta a expressão *metu ... sceleris*, bem como *crimen*, à luz do v. 174, no qual Octávia, exasperada pela evocação do assassinio de Britânico, encara a hipótese de, por sua vez, assassinar Nero: *extinguat et me, ne manu nostra cadat*, rejeitando o confronto

com Tácito *Ann.* XIV, 63, 4 e 62, 4-9, proposto por diversos comentadores e por nós aceite em *Oct.* II, p. 139. Na realidade, a rejeição do paralelo com Tácito, por não explícito (o historiador refere-se à caluniosa acusação de adultério com Aniceto imputada por Nero a Octávia), pode considerar-se vantajosa na medida em que assim se procura entender os vv. 105 ss. sem recorrer a informações extra-textuais. O recurso ao v. 174, contudo, não se nos afigura feliz, porquanto pressupõe que, ao pronunciar os vv. 105 ss. Octávia já tinha considerado a hipótese de assassinar Nero, o que é falso: tal hipótese surge, não como resultado de uma reflexão, mas como reacção instintiva e emocional às «commosse parole della nutrice sulla morte di Britannico» (p. 32). Cremos por isso que preferível será esquecer, de acordo com Ballaira, a possibilidade da alusão ao *crimen* explicitado por Tácito (falsos amores com Aniceto), mas renunciar igualmente a invocar como explicação o v. 174, da qual só resultará um ilogismo: se Octávia já tivesse cometido o *crimen* de assassinar Nero (*absit crimen*) já se lhe não punha o problema de morrer ela própria ou não (*mori iuuabit*) porque teria desaparecido de vez a origem única das suas desgraças. O passo surge assim envolto numa inegável ambiguidade que é inteiramente de manter.

Ambiguidade ainda no v. 121, onde *inhaerenti* pode entender-se como referido quer a Octávia, quer a Britânico: não cremos que seja forçoso decidir entre as duas interpretações possíveis, até porque Octávia está narrando um sonho, e não julgamos que um sonho deva «rispondere alla logica» (p. 24), àquela lógica, pelo menos, que Ballaira pressupõe na sua nota.

A interpretação dada por Ballaira ao v. 241: (*Nero*) *templis expulit superos suis* concorda com a que nós próprios expusemos em *Oct.* I, p. 574. Outra interpretação, todavia, é ainda possível, e vários comentadores, como P. Grimal, dão-lhe mesmo a sua preferência: ver no passo uma alusão à destruição do templo do divino Cláudio ordenada por Nero (Suetónio, *Claud.* 45,2 e *Vesp.* 9,1; cf. *Oct.* I, p. 573-4 e II, p. 150). Desta se poderia dizer o mesmo que Ballaira diz da primeira: «la notizia è relativa ad un periodo posteriore al 62, ma la finzione scenica non ha impedito che ad essa si alludesse per bocca di Ottavia» (p. 44). Obviamente não sabermos nunca em qual dos factos — espoliação dos templos em geral, destruição do templo de Cláudio — pensou o poeta ao escrever o v. 241, mas de uma coisa podemos estar certos: ambos eram do seu conhecimento. Não resultará num empobrecimento do texto a escolha de *uma* apenas das hipóteses sugeridas?

Consideramos pertinente a utilização que o A. faz do v. 704: (*Nero*) *sublimis inter ciuium laeta omnia (incessit)* a propósito da identificação dos grupos humanos representados pelos dois coros da pretexta. O coro II seria composto por aquele grupo de *ciuies* a que se alude no verso citado: apenas acrescentaríamos, como fizemos em *Oct.* I, pp. 413-414 e 445-6, que tais *ciuies* não serão outros senão os membros do cenáculo poético de Nero, repletos de mitologia e belas palavras, mas incapazes de qualquer acção directa, ao contrário do coro I, «che, dopo tanta sopportazione dei misfatti di Nerone, quando ode che Ottavia è stata ripudiata, muove all'assalto della reggia ed abbatte le statue di Poppea» (p. 50). Já não podemos, contudo, acompanhar Ballaira quando este vê no canto coral dos vv. 288 ss. a exaltação da «libertà repubblicana» (p. 57) e considera que «questo ideale repubblicano sembra differenziare l'autore dell'*Octavia* da Seneca, fautore in genere della monarchia moderata» (p. 53). «Ideale repubblicano» porquê? Por evocar os heróis de outrora

que derrubaram os Tarquínios e os decênviros? Mas que outros heróis podia o poeta referir para incitar à revolta contra Nero? Não certamente os pretorianos que assassinaram Calígula, único precedente então conhecido de acção violenta contra um imperador! Além disso, os *ciues* que na pretexto se revoltam não visam sequer o derrube de Nero e a substituição do regime político existente, mas tão somente impedir Nero de repudiar Octávia, a legítima representante da família imperial, para desposar uma aventureira. Mais: o coro autocritica-se por não defender, com a mesma energia dos romanos de antigamente, os direitos da filha de Cláudio, *nostrí ducis stirpem* (vv. 288-9), mal se compreendendo assim como conciliar o republicanismo do coro com a fidelidade à linhagem do imperador — *dux* — falecido. Em suma, Nero é criticado violentamente na pretexto por ser *tirano*, não por representar o regime imperial: neste aspecto a *Octavia* não é mais republicana que qualquer outra das tragédias do *corpus* (v. *Oct. I*, pp. 226-32 e 266-75). E se o facto de a pretexto evocar como exemplo os heróis da república é indício de republicanismo, então Séneca também seria republicano, ele para quem o herói dos heróis foi precisamente Catão!

Não podemos também aceitar, nos vv. 789-90 as razões aduzidas por Ballaira para defender a interpretação de *diui* como adjectivo, ligado a *fratris* (= de Octávia, ou seja, Nero): «*diui* si giustifica come riferito a Nerone, perché è in bocca al nunzio, che dialoga inoltre col coro II<sup>o</sup>, pure esso favorevole all'imperatore» (p. 149); cf. vv. 586, 286, 534, em que *diuus*, usado como substantivo ou como adjectivo, se refere indubitavelmente a Cláudio; fora estes casos, *diuus* apenas ocorre em 505 (*diuus Augustus*), 204 (*diuum pater* = Júpiter), 964 (*numina diuum*). A divinização dos imperadores, quando não era um simples *topos* literário presente em certos prefácios bajuladores (o que não é o caso do passo em questão), apenas vigorava para os imperadores falecidos, o que confirma a interpretação que damos dos vv. 789-90: *diui*, substantivo, e referido ao divino Cláudio. — (Incidentalmente aponte-se a inexactidão da nota ao v. 286 — «Cláudio, come gli altri imperatori, dopo la morte venne divinizzato» — quando na realidade, dos imperadores que sucederam a Augusto, apenas Cláudio teve honras divinas, só mais tarde, com os Flávios e os Antoninos, se tornando um hábito a divinização dos príncipes.) — Inexacta ainda a nota aos vv. 16-17, notação da morte de Messalina: «secondo il nostro poeta, Messalina fu più volte colpita, mentre Tac(ito) ... ricorda che Messalina morì trafitta da un sol colpo di spada». Esta estranha afirmação provém do confronto com o v. 956 — *ferro lacerata diu* — que, aliás, se refere a Agripina, como Ballaira não ignora, cf. nota *ad loc.*).

Notemos enfim alguns passos em que Ballaira, com maior ou menor felicidade, toma posição quanto à fixação do texto.

V. 20: *o lux*, conjectura própria defendida com razões plausíveis; v. 133: mantém a lição dos cod. *captat caput*, mas quanto à interpretação global do verso continuamos a preferir a que expusemos em *Oct. II*, p. 142; v. 233: *alterna uice*, com opção pela correção *alterna* de N. Heinsius (*aeterna* Avantius, *eterne* cod.), e paralelos aceitáveis em *Phae.* 411, *Ag.* 561 e *Thy.* 25, embora do ponto de vista paleográfico pareça ser preferível a emenda de Avantius; v. 290: *prodimus aeuo suadente metum*, texto idêntico ao por nós adoptado (*Oct. II*, p. 31); não concordamos, no entanto, com a interpretação que Ballaira dá a *aeuo* — idade avançada —, donde ele conclui que o coro «presumibilmente è composto di vecchi», pois o que está em

jogo no passo é a oposição entre os homens de *hoje*, que não defenderam devidamente a linhagem de Cláudio, e os homens de *outrora*, que puniam implacavelmente os tiranos; em tal contexto *aeuo* só pode ser equivalente a «época», e todo o passo será traduzido por: «nós traímos (sc. Octávia) porque a nossa época nos aconselha (nos incita a) o medo»; — V. 411: Ballaira propõe para um verso que é um *locus desperatus* mais uma proposta de conjectura — *ualido uagas* —, defendida com judiciosos argumentos, mas que, bem vistas as coisas, não é nem melhor nem pior que tantas outras que têm sido propostas; o passo é desesperadamente *corruptus*, pelo que com um pouco de imaginação acaba sempre por arranjar-se alguma «solução» aceitável. A hipótese de Ballaira é lógica, é estilisticamente válida, é satisfatória quanto ao sentido, mas é uma hipótese apenas. Por nossa parte julgamos mais correcto colocar no verso a irremediável *crux*. — V. 696: *et culpa Senecae* e.q.s.: sobre este discutido passo, a respeito do qual a nossa opinião não se alterou, v. *Oct. II*, pp. 179-87. Pelo que toca a Ballaira, acabamos por não entender se ele se decide por *culpa* (nominativo) ou *culpa* (ablativo), porquanto após dizer, com razão, que «dovrebbe intendersi nominativo e non ablativo, perché in quest' ultimo caso si avrebbe l'irregolarità di un dattilo in seconda sede» (inadmissível, pois seria caso único em todo o *corpus* senequiano), logo acrescenta que «tuttauia è forse più convincente pensare a *culpa* ablativo». Se é por esta interpretação que se decide, então deveria ter impresso no texto a correcção proposta por Ageno *culpaque Senecae*, o que lhe permitiria manter a sua tradução sem cair no apontado erro de métrica.

Mais outras observações poderíamos ainda acrescentar, quer de concordância quer de discordância, mas as que ficaram consignadas já deram com certeza a medida do interesse em nós suscitado pelo trabalho de G. Ballaira, a quem além do mais devemos o ensejo de retomar contacto com um texto que durante vários anos folheámos com mão nocturna e diurna. Trata-se de um trabalho sério ao qual não duvidamos seja dado o devido acolhimento pelo público a que especialmente se destina — os estudantes universitários —, na linha dos muitos, e meritórios, que o *corpus* trágico senequiano tem merecido da parte dos eruditos transalpinos, entre os quais nos permitimos destacar os do Prof. Francesco Giancotti, de quem este livro recebeu uma inspiração patente em quase todas as suas páginas: bastaria este facto para atestar os seus inegáveis méritos.

JOSÉ A. SEGURADO E CAMPOS

MIHĂESCU (H.), *La Langue Latine dans le Sud-Est de l'Europe*, Editura Academiei București-Les Belles Lettres, Paris, 1978, 400 p., mapas.

Dirigido a linguistas (romanistas e latinistas), a epigrafistas e, sobretudo, a historiadores da romanização, este livro estuda a língua dos textos e das inscrições (sons, formas, sintaxe e léxico), a fim de traçar o quadro da difusão da língua latina no sudeste europeu.

Anote-se, desde já, como factor bem positivo, que Mihăescu elaborou um inventário tanto quanto possível exaustivo das inscrições do sudeste (sobretudo